

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.712.789 - MS (2017/0307010-9)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : WALTER KLESSE**  
**ADVOGADO : ARTHUR LOPES FERREIRA NETO E OUTRO(S) - MS008763**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - OBRIGAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA - NOVO CÓDIGO FLORESTAL - LEI N. 13.295/2016 - INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) E IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA) - DILAÇÃO DE PRAZO - APLICAÇÃO IMEDIATA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. As obrigações estabelecidas em Termo de Ajustamento de Conduta, referentes à forma de recuperação de área degradada, não são exigíveis se incompatíveis com as determinações contidas na novel legislação ambiental. E, ainda que sejam compatíveis, deve-se considerar que houve nova alteração legislativa para o fim de prorrogar a obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Ambiental Rural e, por conseguinte, da implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA, que daquele depende. 2. O Novo Código Florestal é norma geral e posterior, apto a incidir imediatamente sobre as obrigações ambientais dos proprietários de imóvel rural. 3. A Lei 13.295, de 13 junho de 2016, prorrogou o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural até 31 de dezembro de 2017, e, por conseguinte, para implantação do Programa de Regularização Ambiental - PRA, que daquele depende" (fl. 325e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 336/344e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - OMISSÃO INEXISTENTE - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA - IMPOSSIBILIDADE POR ESTA VIA - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. A solução dada ao recurso de apelação foi no sentido de provê-lo para reformar

a sentença e julgar improcedentes os pedidos iniciais, tendo em vista que a Lei n. 13.295/2016 prorrogou o prazo para inscrição no CAR até 31/12/2017 e, por conseguinte, a implantação do PRA, que dele depende. Diante disso, despcienda se tornou a análise acerca da constitucionalidade ou não dos artigos 61-A e 67 do Novo Código Florestal, bem como demais argumentos recursais, de forma que o fato da matéria não ter sido tratada no acórdão embargado não se traduz em omissão. 2. Concernente aos demais argumentos do embargante, embora tenha consignado, ab initio, que a via não se presta à rediscussão da matéria, havendo necessidade apenas de algumas considerações a fim de aclarar a situação do caso sub examine, verifica-se que, a bem da verdade, pretende a embargante ver sanada omissão que alega presente no acórdão, porém traz como fundamento questão relacionada ao mérito recursal, onde rediscute os motivos pelos quais chegou-se à conclusão de julgamento" (fl. 354e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. **3º, II, III, 7º, caput, §§ 1º e 2º, 17, caput, da Lei 12.651/2012**, sustentando que, "a despeito da dilação do prazo para os proprietários rurais se inscreverem no CAR (§ 3º do artigo 29 da Lei 12.651/2012), (...) esta prorrogação não os desobrigou de manter as áreas de reserva legal ou de preservação permanente" (fl. 413e).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 420/424e.

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República, ANTONIO CARLOS MARTINS SOARES, opinou pelo provimento do Recurso (fls. 460/469e).

A irrisignação não merece prosperar.

Quanto à alegada ofensa aos artigos **3º, II, III, 7º, caput, §§ 1º e 2º, 17, caput, da Lei 12.651/2012**, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora